

Edição 2024
Guia do IRPF Contabilizei

IRPF 2024.



Guia do Imposto de
Renda Pessoa Física.

Contabilizei.



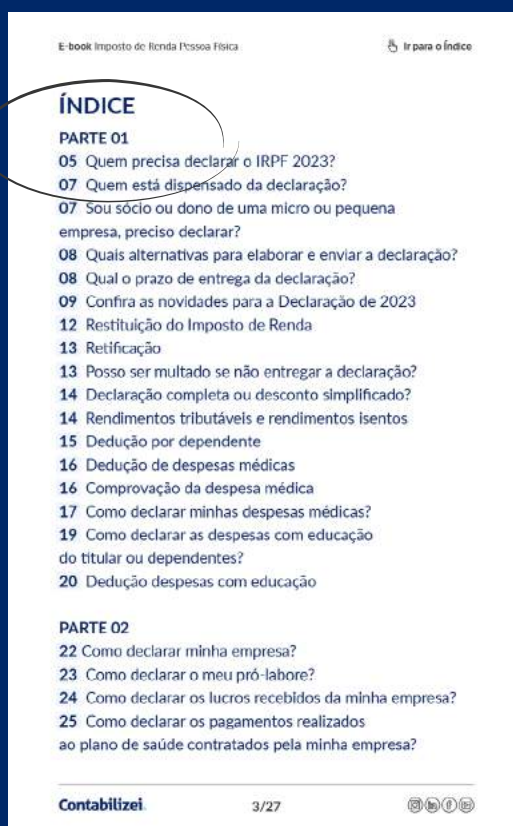
INTRODUÇÃO

Este e-book tem como objetivo apresentar as principais informações relativas à entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) referente ao exercício de 2024, ano-calendário de 2023, pela pessoa física residente no Brasil.

COMO USAR ESTE E-BOOK?

Antes de começar a ler, trouxemos para você uma dica para te ajudar a navegar pelo e-book de forma fácil e prática.

Durante a sua navegação distribuimos nas páginas alguns recursos para você acessar nossas redes sociais e o índice com mais facilidade. É clicar para ser redirecionado :).



ÍNDICE

PARTE 01

- [05](#) Quem precisa declarar o IRPF 2024?
- [07](#) Quem está dispensado da declaração?
- [07](#) Sou sócio ou dono de uma micro ou pequena empresa, preciso declarar?
- [08](#) Quais alternativas para elaborar e enviar a declaração?
- [08](#) Qual o prazo de entrega da declaração?
- [09](#) Informações importantes para fazer a sua declaração em 2024
- [12](#) Restituição do Imposto de Renda
- [13](#) Retificação
- [13](#) Posso ser multado se não entregar a declaração?
- [14](#) Declaração completa ou desconto simplificado?
- [14](#) Rendimentos tributáveis e rendimentos isentos
- [15](#) Dedução por dependente
- [16](#) Dedução de despesas médicas
- [16](#) Comprovação da despesa médica
- [17](#) Como declarar minhas despesas médicas?
- [19](#) Como declarar as despesas com educação do titular ou dependentes?
- [20](#) Dedução despesas com educação

PARTE 02

- [22](#) Como declarar minha empresa?
- [23](#) Como declarar o meu pró-labore?
- [24](#) Como declarar os lucros recebidos da minha empresa?
- [25](#) Como declarar os pagamentos realizados ao plano de saúde contratados pela minha empresa?

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE



QUEM PRECISA DECLARAR O IRPF 2024?

Agora você pode iniciar a declaração pré-preenchida em todas as plataformas disponíveis, acessando a conta Gov.br com o nível prata ou ouro.

O nível prata pode ser obtido por meio de reconhecimento facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH), também através de validação dos seus dados via internet banking de um banco credenciado ou se servidor público federal, por meio de validação dos seus dados com usuário e senha do SIGEPE.

O último nível, o ouro, deve ser obtido através de reconhecimento facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Justiça Eleitoral (TSE), ou por meio da validação dos seus dados com Certificado Digital compatível com ICP-Brasil.

Precisam declarar o IRPF 2024 todas as pessoas físicas residentes no Brasil que, no ano-calendário de 2023, se enquadrem nas situações expostas na próxima página.

Rendimentos tributáveis	Recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma foi superior a R\$ 30.639,90.
Rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte	Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 200 mil.
Ganho de capital	Obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto.
Renda Variável	Realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas: a) Cuja soma foi superior a R\$ 40 mil no ano base; ou b) Com apuração de ganhos líquidos sujeitos à incidência do imposto, nas operações mensais. c) Teve, em 31 de dezembro, a titularidade de trust.
Atividade rural	a) obteve receita bruta em valor superior a R\$ 153.199,50; b) pretenda compensar, no ano-calendário de 2023 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2023.
Bens ou direitos	a) Teve, até 31.12.2023, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 800 mil. b) Optou pela atualização a valor de mercado de bens e direitos no exterior; c) Optou por declarar os bens, direitos e obrigações detidos pela entidade controlada, direta ou indireta, no exterior como se fossem detidos diretamente pela pessoa física.
Novo residente no Brasil	Passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nesta condição encontrava-se em 31.12.2023.
Ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais	Optou pela isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, cujo produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de 180 dias contados da celebração do contrato de venda.
Bens e direitos no exterior	Para quem possui bens e direitos no exterior, a Lei 14.754/2023, conhecida como a lei das offshore, introduziu obrigações adicionais: a) A quem optou por declarar bens da entidade controlada, como se fossem da pessoa física - Artigo 8 ^a b) A quem possui trust no exterior - artigo 11 c) A quem deseja atualizar bens no exterior Todas essas operações devem ser declaradas no imposto de renda de 2024.

QUEM ESTÁ DISPENSADO DA DECLARAÇÃO?

A pessoa física está dispensada da apresentação da Declaração, desde que:

1. não se enquadre em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade mencionadas acima;
2. conste como dependente em declaração apresentada por outra pessoa física, na qual tenham sido informados seus rendimentos, bens e direitos, dívidas e ônus, caso os possua. Mesmo na condição de dependente, caso este tenha auferido rendimentos tributáveis acima de 30.639,90, também precisará enviar sua declaração individualmente;
3. teve a posse ou a propriedade de bens e direitos, inclusive terra nua, quando os bens comuns forem declarados pelo cônjuge, desde que o valor total dos seus bens privativos não exceda R\$ 800 mil, em 31.12.2023;



Bens privativos: São os bens adquiridos antes do casamento, ou adquirido após este, mas que tenham causa anterior, conforme Código Civil art. 1.659 e 1.661.



4. Para o ano-base de 2023, a mera aquisição de ativos em bolsa de valores não irá gerar a obrigatoriedade de entrega da DIRPF. Entretanto, havendo venda com lucro tributável (limite mensal) ou operações de venda acima de R\$ 40.000,00 (limite anual), continuará obrigatória.


SOU SÓCIO OU DONO DE UMA MICRO OU PEQUENA EMPRESA, PRECISO DECLARAR?

Não é obrigado a declarar somente pelo fato de ter uma empresa, o que vai obrigar a entrega da declaração são as condições listadas logo acima.

A partir da DIRPF exercício de 2010, ano-calendário de 2009, a pessoa física que participou de quadro societário de sociedade empresária ou simples, como sócio ou acionista, ou de cooperativa, ou como titular de empresa individual, deixou de estar obrigada a apresentar a DIRPF, por este motivo, deverão analisados os outros quesitos acima para determinar a obrigatoriedade ou não de entrega da DIRPF.

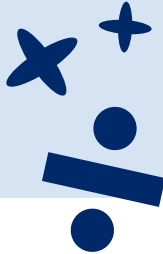
QUAIS AS ALTERNATIVAS PARA ELABORAR E ENVIAR A DECLARAÇÃO?

Computador	Por meio do PGD IRPF 2024, disponível na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet.
Computador, mediante acesso ao serviço “Meu Imposto de Renda”.	Disponível no Meu Imposto de Renda, novo serviço da Receita Federal na Internet, com o uso de certificado digital, e que pode ser feito pelo contribuinte ou seu representante com procuração eletrônica, ou a procuração prevista na IN RFB nº 2.066/2022.
Dispositivos móveis, tais como tablets e smartphones.	Mediante acesso ao serviço “Meu Imposto de Renda”, acessado por meio do aplicativo APP “Meu Imposto de Renda”, disponível nas lojas de aplicativos Google Play, para o sistema operacional Android, ou App Store, para o sistema operacional iOS.

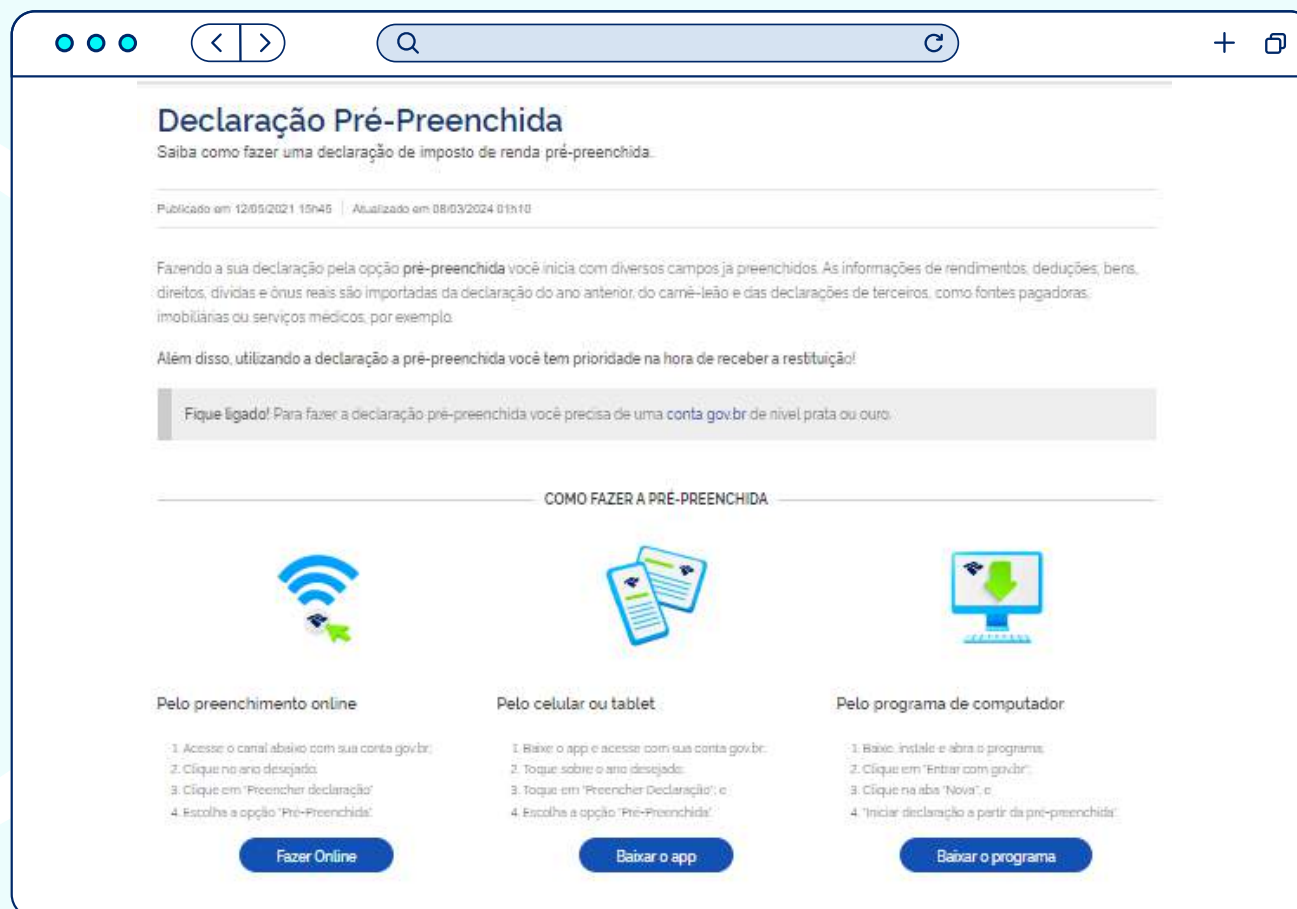


QUAL O PRAZO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO?

De 15 de março de 2024 até 23h59min59s do dia 31 de maio de 2024.



INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA FAZER A SUA DECLARAÇÃO EM 2024



01. Ampliação da Declaração Pré-preenchida

A declaração pré-preenchida está disponível em todas as plataformas, acessando com a conta gov.br de nível prata ou ouro, ampliada agora para mais de 75% dos declarantes.

A declaração pré-preenchida poderá ser utilizada por todos os contribuintes que possuam conta gov.br nos níveis ouro ou prata, em todas as formas de preenchimento disponíveis:



On-line – no Portal gov.br;



No computador com o PGD IRPF;



Em dispositivos móveis – com o app Meu Imposto de Renda.

A declaração pré-preenchida possui informações relativas a rendimentos, deduções, bens e direitos, pagamentos a autônomos, dívidas e ônus reais, e que são alimentadas, diretamente no PGD IRPF 2024, sem a necessidade de digitação, sendo de responsabilidade do contribuinte a verificação da correção de todos os dados pré-preenchidos na declaração, devendo realizar as alterações, inclusões e exclusões das informações necessárias, se for o caso.

02. Autorização do acesso

- Pessoas que fazem declaração de outras.

Ex: parentes, poderão ter acesso à declaração no modelo pré-preenchido, desde que autorizado pelo contribuinte;

- As duas pontas devem ter conta.gov dos níveis ouro e prata;
- somente será possível a autorização de acesso da declaração pré-preenchida no modelo online ou app;
- o autorizante somente poderá conceder acesso à um único CPF;
- o autorizado só pode ter acesso à até 5 CPFs (para quem ele poderá fazer a DIRPF);
- a Procuração Eletrônica para PF e PJs continua sendo uma opção válida em alternativa a Autorização de Acesso.

03. Como funciona a prioridade na restituição

Ao adotar a declaração pré-preenchida e/ou optar por receber a restituição do imposto por PIX, sendo a única chave admitida o CPF do contribuinte. Terá preferência na fila de restituição do grupo que o contribuinte estiver enquadrado. (Quem optar por receber por PIX provavelmente receberá de forma antecipada a quem optar por Depósito bancário por exemplo)

04. Pagamento de débito automático

Os contribuintes que optarem pelo pagamento do imposto de renda devido por débito automático devem entregar a declaração até 10 de maio de 2023 (antes do prazo final), seja pagamento da primeira cota ou ou cota única.

05. Novo prazo de entrega da DIRPF

A DIRPF entregue em 2024 terá o prazo de entrega compreendido entre 15 de março de 2023 a 31 de maio de 2024, totalizando 78 dias para declarar.

06. Modificação das Fichas da DIRPF

No novo programa liberado, será disponibilizado as seguintes mudanças nas fichas da declaração, quais sejam:

- **Bens e Direitos:** Na declaração de criptoativos, é obrigatório informar o tipo do cripto ativo, informações sobre a custódia e obrigatoriedade do CNPJ do não custodiante.
 - **Doações específicas (Desporto, Reciclagem, Pronas e Pronon)** realizadas em 2023 podem ser deduzidas na declaração de 2024, com novos percentuais.
 - **Alimentando:** Na ficha de declaração de pensão alimentícia, agora é obrigatório declarar o CPF do alimentado, juntamente com outras informações complementares, como a data de lavratura pública e da ação judicial, se for o caso.
 - **Retorno ao Brasil:** É obrigatório informar a data de retorno ao Brasil para aqueles que não eram residentes.
 - **Bens no exterior:** A identificação dos bens no exterior e a atualização de seus valores também se tornaram obrigatórias.
-

07. Pagamento do IRPF Devido

Para aqueles que precisam parcelar o imposto de renda a pagar, os vencimentos das cotas permanecem os mesmos do ano anterior. A primeira ou cota única cota vencem em 31/05 e as demais cotas vencem no último dia útil de cada mês, com a última cota vencendo em 31/12/2024, totalizando 8 cotas.

Para os contribuintes que optarem pelo pagamento via débito automático, devem entregar a declaração até 10 de maio (antes do prazo final).

RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

É a devolução da diferença do imposto pago a maior, ou seja, é a diferença do imposto de renda a ser pago (reduzindo as deduções) em relação ao imposto pago ou retido na fonte durante o ano, de forma que, se for positiva o contribuinte tem saldo a pagar, se negativa o contribuinte tem saldo a ser restituído.

O pagamento da restituição segue o calendário abaixo:



O pagamento da restituição é efetuado pela Receita Federal exclusivamente em um dos locais relacionados abaixo, informada na DIRPF, admitida as exceções no caso de contribuinte falecido, menor de idade, incapaz ou com saída definitiva do país:

1. conta corrente;
2. PIX (desde que a chave PIX seja o CPF do titular da declaração);
3. conta pagamento (PayPal; PagSeguro; Mercado Pago; NuConta; Google Pay; Apple Pay; entre outros); ou
4. poupança de titularidade do beneficiário.



O valor da restituição do IRPF é atualizado pela taxa Selic, acumulada a partir do mês de maio do ano de exercício da declaração até o mês anterior ao pagamento, mais 1% no mês do depósito. Uma vez encaminhado ao banco, o valor da restituição não sofrerá atualizações, independentemente da data em que o contribuinte receba a restituição.

RETIFICAÇÃO

A pessoa física, caso constate que cometeu erros, omissões ou inexatidões em Declaração já entregue, poderá apresentar declaração retificadora pela Internet, a qualquer tempo desde que dentro do prazo decadencial, mediante a utilização do PGD IRPF 2024 ou do serviço “Meu Imposto de Renda”, ou em mídia removível, nas unidades da RFB, durante o horário de expediente, a partir de 31.05.2024 e dentro do prazo decadencial.



POSSO SER MULTADO SE NÃO ENTREGAR A DECLARAÇÃO?

Sim, a entrega da DIRF após o prazo legal, ou seja, em atraso, sujeita a pessoa ao pagamento de multa.

A multa por atraso na entrega da declaração será devida quando o contribuinte estiver obrigado a apresentar a declaração e a entrega for realizada após 31.05.2024. O valor da multa será de 1% ao mês-calendário ou fração de atraso, calculada sobre o total do imposto devido apurado na declaração, ainda que integralmente pago, sendo que o valor mínimo é de R\$ 165,74 e o valor máximo é de 20% do imposto sobre a renda devido.

DECLARAÇÃO COMPLETA OU DESCONTO SIMPLIFICADO?

Por desconto simplificado há dedução de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na DIRPF, limitado a R\$ 16.754,34. A opção pelo desconto simplificado implica a substituição de todas as deduções admitidas na legislação tributária.

Por deduções legais será considerado no cálculo do Imposto de renda devido a dedução de todas as despesas médicas, dependentes, despesas com educação, etc.

Ao efetuar o preenchimento da declaração o próprio programa já irá mostrar qual a melhor opção a ser escolhida.



Opção pela Tributação:

Imposto a Pagar	104,96	Alíquota efetiva: 13,20%
<input checked="" type="radio"/> Por Desconto Simplificado		
Imposto a Restituir	2.053,81	Alíquota efetiva: 10,80%



RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS E RENDIMENTOS ISENTOS

Existem vários tipos de rendimentos que podem ser incluídos como rendimentos tributáveis, tributáveis exclusivamente na fonte e isentos. Portanto, é importante sempre se atentar às informações disponibilizadas nos informes de rendimentos entregues pelas empresas onde você trabalha, pelos bancos e demais instituições financeiras.

Entre os principais rendimentos dos nossos clientes, temos:

- **Pró-labore - Rendimento Tributável:** esses rendimentos devem ser informados na Ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica;
- **Lucros e dividendos - Rendimento Isento:** esses rendimentos devem ser informados na Ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis.



DEDUÇÃO POR DEPENDENTE

O limite anual por dependente é de R\$ 2.275,08. A inclusão na Declaração de um dependente que receba rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual, de qualquer valor, obriga a que sejam incluídos tais rendimentos na DIRPF do declarante.

Será obrigatória a informação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do dependente, independentemente da idade.

O contribuinte pode incluir como dependente o(a) companheiro(a), abrangendo também as relações homoafetivas, para efeito de dedução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, desde que tenha vida em comum por mais de 5 anos, ou por período menor, se, da união, resultou filho(a). (Parecer PGFN/CAT nº 1.503/2010).

Filhos de pais separados

No caso de filhos de pais separados, o contribuinte pode considerar como dependentes os que ficarem sob sua guarda em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente. (IN RFB nº 1.500/2014, artigo 90, § 3º)

Caso ocorra a guarda compartilhada, cada filho(a) pode ser considerado como dependente de apenas um dos pais.

Pensão alimentícia

O responsável pelo pagamento a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública, não pode efetuar a dedução do valor correspondente a dependente, exceto na hipótese de mudança na relação de dependência no decorrer do ano-calendário. (IN RFB nº 1.500/2014, artigo 90, § 4º e Solução de Consulta nº 26/2013, da 4ª Região Fiscal).

Por outro lado, os pagamentos de Pensão alimentícia podem ser deduzidos através da ficha Pagamentos Efetuados no valor estabelecido pela decisão judicial ou acordo homologado judicialmente.



DEDUÇÃO DESPESAS MÉDICAS

Para despesas médicas não há limite de dedução. Consideram-se despesas médicas ou de hospitalização os pagamentos efetuados a:

- a) médicos de qualquer especialidade;
- b) dentistas;
- c) psicólogos;
- d) fisioterapeutas;
- e) terapeutas ocupacionais;
- f) fonoaudiólogos;
- g) hospitais;
- h) exames laboratoriais;
- i) serviços radiológicos;
- j) aparelhos ortopédicos;
- k) próteses ortopédicas e dentárias.



COMPROVAÇÃO DA DESPESA MÉDICA

A dedução a título de despesas médicas está limitada a pagamentos especificados e comprovados através de documento fiscal ou outra documentação hábil e idônea que contenham no mínimo:

- a) nome, endereço, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou CNPJ do prestador do serviço;
- b) a identificação do responsável pelo pagamento, bem como a do beneficiário caso seja pessoa diversa daquela;
- c) data de sua emissão, e;
- d) assinatura do prestador do serviço (exceto na hipótese de emissão de documento fiscal).



COMO DECLARAR MINHAS DESPESAS MÉDICAS?

A dedução a título de despesa médica, está limitada a pagamentos especificados e comprovados através de documento fiscal ou outra documentação hábil e idônea que contenham no mínimo:

- a) nome, endereço, número de inscrição no CPF ou CNPJ do prestador do serviço;
- b) identificação do responsável pelo pagamento, bem como a do beneficiário caso seja pessoa diversa daquela;
- c) data de sua emissão; e
- d) assinatura do prestador do serviço (exceto na hipótese de emissão de documento fiscal).

O recibo que não conter o endereço do médico, poderá ocasionar a não aceitação desse documento como meio de prova de despesa médica, porém não impede que outras provas sejam utilizadas, a exemplo da consulta aos sistemas informatizados da RFB. (IN RFB nº 1.500/2014, artigo 97, § 4º).

A comprovação poderá ser feita com a indicação de cheque nominativo ao prestador do serviço em casos de falta de documentação.

Na ficha Pagamentos Efetuados, clique em NOVO e PREENCHA os campos da seguinte forma:

Campo	Preenchimento
Código	Selecione o código correspondente ao profissional contratado.
Despesa realizada com Titular, Dependente ou Alimentando	Selecione a quem se refere a despesa. Caso seja para dependente ou alimentando, selecione o nome previamente cadastrado nas fichas DEPENDENTES e ALIMENTANDOS, conforme o caso.
CPF do profissional prestador do serviço	Informe o CPF do médico.
Nome do profissional prestador do serviço	Informe o nome completo do médico.

Campo	Preenchimento
Descrição	Informe os dados da despesa, tais como: procedimentos realizados, data, valor, bem como as condições de pagamento. No caso de reembolso de despesa, informe o nome, o número de inscrição no CNPJ ou no CPF da empresa ou empregador, fundação, caixa assistencial ou entidade que assegure assistência médica, e o valor constante no comprovante de rendimentos.
Valor pago	Informe o valor total pago.
Parcela não dedutível/valor reembolsado	Informe os seguintes valores: <ul style="list-style-type: none"> - Que não sejam relativas a si próprio nem a seus dependentes/alimentandos; - Reembolsada pelo empregador; ou - Pagas por plano de saúde.

Dados do Pagamento

Código

Despesa realizada com
 Titular Dependente Alimentando

CPF do profissional prestador do serviço

Nome do profissional prestador do serviço

Descrição

Valor pago Parcela não dedutível/valor reembolsado



Para finalizar, clique no botão OK.

COMO DECLARAR AS DESPESAS COM EDUCAÇÃO DO TITULAR OU DEPENDENTES?

Na ficha Pagamentos Efetuados, clique em NOVO e PREENCHA os campos da seguinte forma:

Campo	Preenchimento
Código	01 - Despesas com instrução no Brasil; ou 02 - Despesas com instrução no Exterior.
Despesa realizada com Titular, Dependente ou Alimentando	Selecione a quem se refere a despesa. Caso seja para dependente ou alimentando, selecione o nome previamente cadastrado nas fichas DEPENDENTES e ALIMENTANDOS, conforme o caso.
CNPJ da instituição de educação	Informe o CNPJ da instituição de educação (se a mesma for domiciliada no Brasil).
Nome da instituição de educação	Informe o nome da instituição de educação.
Descrição	Informe o valor total pago a instituição de educação, ainda que superior ao limite de dedução.
Valor pago	Informe o valor total pago.
Parcela não dedutível/valor reembolsado	Informe as despesas com instrução não dedutíveis.

Dados do Pagamento

Código

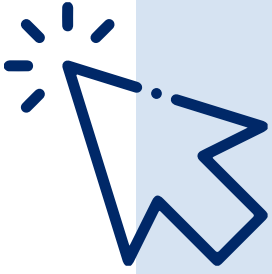
Despesa realizada com
 Titular Dependente Alimentando

CNPJ da instituição de educação

Nome da instituição de educação

Descrição

Valor pago Parcela não dedutível/valor reembolsado





DEDUÇÃO DESPESAS COM EDUCAÇÃO

O limite anual individual é de R\$ 3.561,50.

São dedutíveis os pagamentos com instrução do contribuinte e de seus dependentes relacionados na declaração, inclusive de alimentandos, em razão de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou por escritura pública, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à:

- a) educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;
- d) educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização);
- e) educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico.

O valor dos gastos que ultrapassar esse limite não pode ser aproveitado, nem mesmo para compensar gastos de valor inferior ao limite efetuados com o próprio contribuinte ou com outro dependente, ou alimentando.

A comprovação das despesas com instrução é feita através de recibos, notas fiscais e outros documentos idôneos.

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE

PARTE



COMO DECLARAR MINHA EMPRESA?

A propriedade de uma empresa deve ser declarada como um bem da pessoa física. Siga os seguintes passos:



Novo Bem e Direito

Dados do Bem

Grupo
03 - Participações Societárias

Código
02 - Quotas ou quinhões de capital

Bem ou direito pertencente ao
 Titular Dependente

Localização (País)
105 - Brasil

CNPJ

Discriminação
SÓCIO COM 2000 COTAS DA EMPRESA EXEMPLO LTDA



1. Aba “Bens e Direitos”
2. Selecione o Grupo 3 - Participações Societárias e indique o código 02.
3. Indique a razão social e o CNPJ da empresa, quantidade de cotas / ações atuais (se houve compra ou venda, precisa ser informado, indicando a parte que vendeu ou comprou. Inclua nome / razão social completa e CPF / CNPJ).
4. Inclua o valor atual e ano anterior:
 - Para “Ltda.” ou “Empresário Individual”, informar o valor que consta no documento legal (contrato social) atual;
 - No caso de “S/A” informar apenas o custo de aquisição (importante: não deve-se considerar o valor de mercado da ação).

COMO DECLARAR O MEU PRÓ-LABORE?

Aqui é importante sempre observar e seguir as informações constantes no informe de rendimentos disponibilizado pela contabilidade de sua empresa.

O pró-labore é declarado na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica.



Dados da Fonte Pagadora	
CPF/CNPJ da fonte pagadora	<input type="text" value=""/>
Nome da fonte pagadora	<input type="text" value=""/>
Rendimentos recebidos de pessoa jurídica	<input type="text" value="0,00"/>
Contribuição previdenciária oficial	<input type="text" value="0,00"/>
Imposto retido na fonte	<input type="text" value="0,00"/>
13º salário	<input type="text" value="0,00"/>
IRRF sobre o 13º salário	<input type="text" value="0,00"/>



1. Na aba: Rend. Trib. Receb. de Pessoa Jurídica
2. Comece com o Nome e CNPJ / CPF da fonte pagadora
3. Inclua os rendimentos recebidos de pessoa jurídica (valor indicado no quadro “3 – Rendimentos Tributáveis, Deduções e Imposto sobre a Renda Retido na Fonte”, no item “1- Total dos rendimentos (inclusive férias)” do informe de rendimento.
4. Inclua o valor relativo à Contribuição previdenciária oficial: use o valor indicado no quadro “3 – Rendimentos Tributáveis, Deduções e Imposto sobre a Renda Retido na Fonte”, no item “2 – Contribuição previdenciária oficial” do informe de rendimento.
5. Imposto de renda retido na fonte: considerar o valor indicado no quadro “3 – Rendimentos Tributáveis, Deduções e Imposto sobre a Renda Retido na Fonte”, no item “5 – Imposto sobre a renda retido na fonte” do informe de rendimento.
6. IRPF sobre 13º salário não são aplicáveis sobre pró-labore

COMO DECLARAR OS LUCROS RECEBIDOS DA MINHA EMPRESA?

Os lucros recebidos da empresa durante o ano anterior são informados na Ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis. O lucro da empresa distribuído aos sócios é isento de IRPF. Veja como declarar:



Descrição	Valor
ano-calendário, seja igual ou inferior ao equivalente a R\$ 3.000,00	0,00
9. Lucros e dividendos recebidos	0,00
10. Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais (inclusive referentes a Rendimentos Recebidos Acumuladamente se tributado pelo ajuste anual)	0,00
11. Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00
12. Rendimentos de cadernetas de poupança, letras hipotecárias, letras de crédito do agronegócio e imobiliário (LCA e LCI) e certificados de recebíveis do agronegócio e imobiliários (CRA e CRI)	0,00
13. Rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, exceto pro labore, aluguéis e serviços prestados	0,00
14. Transferências patrimoniais - doações e heranças	0,00
TOTAL	0,00



1. Na aba: Rendimentos isentos e não tributáveis
2. Vá para o item “09 – Lucros e dividendos recebidos pelo titular e pelos dependentes” e clique no símbolo \$ e preencha os dados que constam no informe de rendimentos.
3. Atenção: Se você é optante do Simples Nacional precisa declarar no item “13 – Rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, exceto pró-labore, aluguéis e serviços prestados”.
4. Quanto ao valor, considere o indicado no quadro “4 – Rendimentos Isentos e Não Tributáveis”, no item “4 – Lucros e dividendos pagos por pessoa jurídica” do informe de rendimentos.

COMO DECLARAR OS PAGAMENTOS REALIZADOS AO PLANO DE SAÚDE CONTRATADOS PELA MINHA EMPRESA?

Aqui é importante se atentar ao informe de rendimentos disponibilizado pela contabilidade de sua empresa e pelo plano de saúde.

Quando o plano de saúde é empresarial, contratado pelo CNPJ para os sócios, os valores pagos ao plano de saúde só podem ser informados na Declaração de Ajuste Anual do IRPF se as parcelas do plano de saúde tiverem sido descontadas do pró-labore.

Se as parcelas do plano de saúde não eram descontadas do pró-labore, as despesas não podem ser informadas no IRPF, visto que é uma despesa do CNPJ e não do CPF do sócio.

Na ficha Pagamentos Efetuados, clique em NOVO e PREENCHA os campos da seguinte forma:

Campo	Preenchimento
Código	26 - Planos de saúde no Brasil.
Despesa realizada com Titular, Dependente ou Alimentando	Selecione a quem se refere a despesa. Caso seja para dependente ou alimentando, selecione o nome previamente cadastrado nas fichas DEPENDENTES e ALIMENTANDOS, conforme o caso.
CNPJ da operadora do plano de saúde	Informe o CNPJ da operadora do plano de saúde.
Nome da operadora do plano de saúde	Informe o nome da operadora do plano de saúde.
Descrição	Informe os dados da despesa, tais como: tipo do plano, nº do contrato, data, valor, bem como as condições de pagamento.
Valor pago	Informe o valor total pago.
Parcela não dedutível/valor reembolsado	Informe os seguintes valores: <ul style="list-style-type: none">- Que não sejam relativas a si próprio nem a seus dependentes/alimentandos;- Reembolsada pela operadora do plano.

Dados do Pagamento

Código
26 - Planos de saúde no Brasil.

Despesa realizada com
 Titular Dependente Alimentando

CNPJ da operadora do plano de saúde
- . . / -

Nome da operadora do plano de saúde

Descrição

Valor pago 0,00 Parcela não dedutível/valor reembolsado 0,00

Para finalizar, clique no botão OK.

Contabilizei.

A Contabilizei é o maior escritório de contabilidade do Brasil, que oferece praticidade, transparência e economia para empreendedores. Unimos a paixão dos nossos contadores com a tecnologia para democratizar o serviço de contabilidade online para micro e pequenas empresas.

[Acesse o Site](#)

Saiba mais em:

    /Contabilizei